

HABEAS CORPUS Nº 543.745 - PB (2019/0331903-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
IMPETRANTE : A T R L
ADVOGADO : ALISSON TAVEIRA ROCHA LEAL - RN000828A
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : A T R L
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de ordem de *habeas corpus* com pedido de liminar em favor de A. T. R. L., advogado/alimentante, apontando como ato coator o v. acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJ-PB), que denegou a ordem em primevo *habeas corpus*. Eis a ementa do ato judicial apontado como coator (fls. 256):

"HABEAS CORPUS – EXECUÇÃO DE VERBA ALIMENTAR – AJUIZAMENTO CONTEMPORÂNEO COM AS TRÊS ÚLTIMAS PARCELAS ANTERIORES E AS QUE SE VENCEREM NO CURSO DO PROCESSO – PRISÃO CIVIL – ADMISSIBILIDADE – COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE – DENEGAÇÃO.

I – Aforada a execução das três últimas prestações alimentícias e, bem assim, das que se venceram no decurso do processo, correto o decreto de prisão civil, não havendo, assim, coação ilegal a reparar.

II – Ordem mandamental denegada."

Na exordial do writ afirma-se que "(...) *incide a ineficácia da medida coativa de prisão civil, seja em razão da ausência de atualidade e de urgência na prestação dos alimentos, seja porque essa técnica tornou-se ineficaz para compelir o devedor a satisfazer integralmente o débito que se avolumou de forma significativa ao longo de todos estes anos*" (fls.05).

Alega-se, também, que o paciente (...) *efetou o pagamento do objeto da ação de execução de alimentos nº 0005182- 18.2015.8.15.0011 (TJ/PB) das parcelas de dezembro/2014, janeiro/2015 e fevereiro/2015 no montante de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), conforme se demonstra dos documentos acostados aos autos*" (fls. 05).

Defende-se, ainda, que "(...) *uma vez comprovado o pagamento (cumprimento da obrigação), a hipótese seria a da extinção da ação plenamente*

justificada pela prova do pagamento da dívida, e, via de consequência, não podendo nem se falar em prisão civil do paciente, por clara ausência de justa causa para garantir, por coação extrema, a sobrevida do alimentando" (fls. 08).

Requer-se, medida liminar, "(...) *uma vez presentes todos os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora, para suspender, revogar ou conceder o salvo-conduto do decreto de prisão civil, com arrimo no art. 528, § 6º do CPC c/c art. 660, §4º do CPP, em total harmonia a mais atualizada jurisprudência da 3ª Turma/STJ que flexibilizou a Súmula nº 309, do STJ, a fim de afastar a necessidade da prisão civil do devedor de alimentos, na ausência dos requisitos indispensáveis à consecução do pagamento da dívida, para garantir a sobrevida do alimentando"* (fls. 14).

É o relatório. Decido.

Em sede de exame perfunctório, infere-se que a liminar deve ser indeferida, na medida em que não demonstrado o *fumus boni iuris*.

Com efeito, faz-se importante ressaltar que não merece prosperar o argumento de que os valores executados não seriam atuais, tendo em vista que, considerando a fundamentação do ato apontado como coatora, a alimentada/credora persegue as 3 (três) últimas parcelas anteriores ao ajuizamento da execução e as que se venceram no curso desta, como assentou o v. acórdão que denegou a ordem no primevo remédio heroico:

"Mas, a pretensão deduzida na inicial mostra-se inalcançável, tendo em conta que, ao que se extrai das informações do Juízo impetrado, ao contrário do afirmado, o que se reclama é o pagamento de débitos alimentares contemporâneos ao ajuizamento da execução de alimentos e de parcelas que se venceram no curso do processo.

Para melhor ilustração do entendimento pela improcedência do alegado constrangimento ilegal, colho do parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça:

'De acordo com o art. 528, do Código de Processo Civil, no cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo. Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á

a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses (§3º).

Pelo que se denota da documentação acostada, o executado, ora paciente, apenas efetuou o pagamento correspondente a parte da obrigação alimentar, conforme informações prestadas pela autoridade dita coatora e como é possível denotar da ação de execução de alimentos (inteiro teor em anexo):

Com a máxima permissa vênia, em que pese as alterações do impetrante, entendo, s.m.j., que não merecem o placet deste juízo, pois, diferentemente do que alega nas suas assertivas no HC em apreço, de que este juízo fora induzido a erro, a informação de pagamento efetuado pelo executado foi devidamente apreciada por este juízo, que determinou a intimação da parte exequente para se pronunciar, tendo esta ratificado o inadimplemento e, ainda, com adicionado as prestações fulcro na Súmula 309 do STJ, atualizou o débito exequendum vencidas até então, totalizando . R\$ 7.816,00 (sete mil oitocentos e dezesseis reais) (...) Por fim, mais adiante foi corrigida novamente a dívida pela exequente, passando ao patamar de R\$ 36.188,38 (trinta e seis mil cento e oitenta e oito reais e trinta e oito , cf. novos cálculos fornecidos no processo, recebendo uma segunda chancela do centavos) ministerial pela decretação da prisão civil, sendo então determinada a expedição de novo mandado prisional, desta feita considerando o novo valor supra.

E, como a ausência de satisfação total da dívida alimentar, no curso da ação executiva, M. L. requereu o pagamento da dívida, sob pena de prisão civil." (fls. 257-258)

Da leitura do excerto ora transcrito, não se infere o *fumus boni iuris*, pois o ato apontado como coator está em sintonia com a Súmula 309 do STJ, que preconiza: "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo".

Nesse mesma linha de intelecção, destaca-se:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. ALEGAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E QUE NÃO FOI INTIMADO PARA REGULARIZAR O DÉBITO. MATÉRIAS NÃO DEBATIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INVIABILIDADE DE EXAME PELO STJ. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT E AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA ILEGALIDADE APONTADA. INADIMPLEMENTO DAS TRÊS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E DAS QUE VENCERAM NO CURSO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 309 DO STJ. RECOLHIMENTO DAS ÚLTIMAS PARCELAS. INSUFICIÊNCIA. PAGAMENTO PARCIAL DA PENSÃO NÃO AFASTA O DECRETO DE PRISÃO. PRECEDENTES. RECURSO EM HABEAS CORPUS NÃO PROVIDO.

(...)

2. O decreto de prisão proveniente da execução de alimentos na qual se visa o recebimento integral de até as três parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e das que se vencerem no seu curso não é ilegal.

Inteligência da Súmula nº 309 do STJ e precedentes.

3. A jurisprudência dominante do STJ segue no sentido de que o não pagamento integral das parcelas alimentares devidas autoriza a prisão civil do devedor de alimentos. Precedentes.

4. Recurso ordinário em habeas corpus improvido."

(RHC 94.459/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018)

Registre-se, ainda, que a incapacidade financeira bem como eventual pagamento integral da dívida alimentar perseguida, como cediço, deve ser demonstrada de plano, pois, na via estreita do *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída, não comportando dilação probatória. A propósito:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. SÚMULA N. 309/STJ. DESEMPREGO. CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

1. É incompatível com a via do habeas corpus, de cognição sumária, a aferição da real capacidade financeira do alimentante em prosseguir no pagamento da pensão alimentícia.

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 340.232/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016)

"HABEAS CORPUS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. INADIMPLÊNCIA. INCAPACIDADE FINANCEIRA ALEGADA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. AJUIZAMENTO. INSUFICIÊNCIA COMO JUSTIFICATIVA. PRISÃO CIVIL. ART. 733

DO CPC. POSSIBILIDADE.

1. O habeas corpus não é a via adequada para discutir a obrigação de prestar alimentos em si, mas tão somente para analisar a legalidade da ordem judicial que decretou a prisão civil do devedor.

2. A incapacidade financeira do paciente deve ser demonstrada de plano, uma vez que a via estreita do habeas corpus não comporta dilação probatória.

3. A mera existência de ação revisional de alimentos ajuizada pelo paciente, com regular tramitação, desacompanhada de elementos concretos acerca da situação econômica do devedor, é insuficiente para demonstrar a alegada incapacidade financeira para o cumprimento da obrigação.

4. A prisão domiciliar somente deve ser admitida em hipóteses excepcionais, pois a sua concessão, conforme já decidido por esta eg. Corte, contraria a finalidade principal da prisão civil do devedor de alimentos, qual seja, forçar o cumprimento da obrigação.

5. Ordem denegada."

(HC 312.800/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 19/06/2015)

"CIVIL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. PENSÃO ALIMENTÍCIA ENTRE EX-CÔNJUGES. INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL. ALEGADO EXCESSO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CAPACIDADE FINANCEIRA DO EXECUTADO E REVISÃO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PARA O INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DÉBITO PRETÉRITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INADIMPLEMENTO DAS TRÊS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E DAS QUE VENCERAM NO CURSO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 309 DO STJ. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A via estreita do habeas corpus exige prova pré-constituída da ilegalidade afirmada e não comporta dilação probatória, de modo que não cabe ao STJ alterar a conclusão da instância ordinária, formada a partir dos exames dos elementos dos autos, de que não houve modificação do valor da verba alimentar. Inexistência de comprovação de plano do alegado excesso da execução.

2. A verificação da incapacidade financeira do executado e a revisão das justificativas apresentadas para o inadimplemento da obrigação demandam dilação probatória, não se mostrando o writ a via adequada para este mister. Precedentes.

3. Promovida a execução com base no art. 733 do CPC, cobrando as três parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e as que venceram no curso da ação, não há falar em débito pretérito a ser cobrado pelo rito do art. 732 do mesmo diploma legal.

4. O decreto de prisão proveniente da execução de alimentos na qual se visa o recebimento integral das três parcelas anteriores ao

Superior Tribunal de Justiça

ajuizamento da ação e das que vencerem no curso não é ilegal.

Inteligência da Súmula nº 309 do STJ e precedentes.

5. Há orientação pacificada no STJ de que o não pagamento integral das prestações alimentares devidas autoriza a prisão civil do devedor de alimentos.

6. Ordem denegada."

(HC 333.214/SP, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 10/12/2015)

Diante do exposto, **indefiro a liminar requerida.**

Requisitem-se, com **urgência**, as informações ao eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e ao ilustre Juízo de primeiro grau.

Após, encaminhem-se os autos à douta Subprocuradoria-Geral da República para elaboração de necessário parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator